

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

Impossibilidade de eleição da distribuidora de energia elétrica como responsável tributária pelo pagamento da contribuição de iluminação pública Igor Mauler Santiago	9
Simplex Nacional: noções gerais e aspectos relevantes	
José Hable, Ana Cláudia Amorim de Medeiros, Cordélia Cerqueira Ribeiro, Raimunda Moura dos Santos Amaral, Silvino Nogueira Filho	15
1 Introdução	15
2 Histórico normativo do tratamento diferenciado e favorecido à microempresa e empresa de pequeno porte	17
2.1 Fundamentos constitucionais e polêmicas decorrentes	18
2.2 Abrangência e natureza jurídica da Lei Complementar nº 123/2006	20
3 Simplex Nacional	21
4 A Lei Complementar nº 147/2014	22
4.1 As alterações da LC nº 147/2014 nas regras gerais do Estatuto	22
4.2 As alterações no Simplex Nacional: Capítulo IV da LC nº 123/2006	23
4.2.1 Universalidade das atividades permitidas ao ingresso no regime de tributação	23
4.2.2 Vedação ao regime: regras da substituição tributária do ICMS	24
4.2.3 Sistemática de tributação, alíquotas e base de cálculo: anexos I a VI da LC nº 123/2006	26
4.2.4 Microempreendedor Individual (MEI): uma atenção especial	27
5 Conclusões	29
Referências	31
Análise do alcance da imunidade prevista no art. 149, §2º da Constituição Federal à luz das decisões do Supremo Tribunal Federal e a interpretação da expressão “receitas decorrentes de exportação” na tributação do PIS e da COFINS e do Decreto nº 8426/15 Fabiana Carsoni Alves Fernandes da Silva, Luciana Ibiapina Lira Aguiar	33
1 Apresentação do tema	34
2 A interpretação das leis e, em particular, das imunidades tributárias	35
3 Do Recurso Extraordinário nº 606.107/RS – incidência da contribuição ao PIS e da COFINS sobre valores recebidos a título de transferência de ICMS	37
4 Do Recurso Extraordinário 627.815/PR – incidência da contribuição ao PIS e da COFINS sobre receitas financeiras de variação cambial decorrentes de operações de exportação	43
5 Do Decreto nº 8.426, de 1º.4.2015 – a tributação das receitas financeiras pela contribuição ao PIS e pela COFINS e a imunidade constitucional do art. 149, §2º, inciso I, da CF/88	45
6 Considerações finais	51
Referências	52

Cancelamento do "refis da crise": a repetição dos pagamentos mínimos mensais realizados por restituição, compensação ou apropriação aos débitos parcelados

Bruno Rodrigues Teixeira de Lima	55
1 Introdução.....	55
2 Sobre as possibilidades legais de recuperação dos pagamentos mínimos mensais	57
3 Da melhor medida, sob o aspecto econômico, para se lançar mão da recuperação dos pagamentos mínimos mensais: restituição x compensação	61
4 Disputas judiciais com o objetivo de apropriação dos pagamentos mínimos mensais aos débitos outrora parcelados.....	63
5 Conclusão.....	65
Referências.....	67

A progressividade fiscal na Constituição de 1988 e a súmula da jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal

Carlos Alberto Cerqueira dos Santos	69
1 Introdução.....	69
2 A progressividade fiscal para o STF.....	70
3 O exame crítico dos precedentes e o princípio da capacidade contributiva	76
4 A superação do Enunciado nº 656 da súmula da jurisprudência do STF.....	79
5 Progressividade como instrumento de realização da capacidade contributiva	82
6 Interpretação constitucional e progressividade	86
7 Ponderação e progressividade: o ponto de vista da desigualdade social.....	89
8 Conclusão.....	90
Referências.....	91

Conceito de renda na visão da jurisprudência brasileira

Thiago Duca Amoni	93
1 Introdução.....	93
2 Conceito de renda na CRFB/88.....	94
3 Conceito de renda disposto no CTN e a jurisprudência	96
4 Posição jurisprudencial e delimitação do conceito atualmente utilizado nos tribunais	99
4.1 Incidência do IR e as verbas indenizatórias	102
5 Conclusão.....	104
Referências.....	105

Justiça tributária nos impostos indiretos e aplicabilidade judicial

Altamirando Pereira da Rocha, Rayneider Brunelli de Oliveira Fernandes	107
1 Introdução.....	107
2 Princípio da seletividade.....	108
3 Separação dos poderes e força normativa da Constituição.....	110
4 Análise documental: aplicação da seletividade nas jurisprudências do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.....	113
4.1 Princípio da seletividade na jurisprudência do STF	113
4.2 Princípio da seletividade na jurisprudência do STJ.....	114
5 Dogma do legislador negativo	115
6 Soluções jurisdicionais e liberdade do legislador: desafio de imposição da eficácia constitucional em questões dependentes de deliberação política.....	117
7 Conclusões.....	121
Referências.....	122

Sobre a Cide-Combustíveis, a legalidade e a destinação

Paulo Arthur Cavalcante Koury	127
1 Introdução: o aspecto jurídico ressaltado pela relevância social, política e econômica .	127
2 As contribuições de intervenção no domínio econômico	128
3 O delineamento legal da Cide-Combustíveis	135
3.1 As regras-matrizes de incidência do tributo.....	135
3.2 A regra da não cumulatividade	137
3.3 Normas de isenção	138
4 A Cide-Combustíveis em relação ao sistema de direito positivo.....	139
4.1 Relações de subordinação: as normas constitucionais.....	139
4.2 Relações de coordenação: o destino do produto da arrecadação	146
5 Conclusões	148
Referências	150

O mercado de *videogames* no Brasil: fomentando a legalização pela via tributária do imposto/preço justo

Albano Francisco Schmidt, Oksandro Osdival Gonçalves	153
1 O mercado de <i>videogames</i> no Brasil e seus problemas.....	153
1.1 Os incentivos fiscais oferecidos pela Zona Franca de Manaus – ZFM	154
2 A necessidade de delimitação da terminologia: <i>videogames</i>	156
2.1 O que é, afinal, um <i>videogame</i> ?	156
2.2 Aristóteles, NCMs e identidades variáveis.....	158
3 A cadeia tributária dos <i>games</i> no país: por que tão mais caros que no exterior?	159
3.1 Imposto sobre Serviços – ISS	160
3.2 Os impostos incidentes sobre a mídia física: Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e Imposto de Importação – II	161
3.3 PIS/PASEP-Importação e COFINS-Importação.....	162
3.4 Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	163
3.5 Conclusões parciais da análise tributária realizada	164
3.6 Análise dos projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional e seus possíveis impactos no mercado.....	165
3.6.1 PL nº 514/2011	165
3.6.2 PL nº 899/2011	165
3.6.3 PL nº 943/2011	166
3.7 A nova situação tributária dos <i>videogames</i> no caso de implementação de todos os PLs estudados e aceitação da Receita Federal da padronização da nomenclatura	167
4 Considerações finais.....	168
Referências	170

PARECER

Sociedades prestadoras de serviços de contabilidade e consultoria econômica. Não é a dimensão da sociedade e o número de profissionais que definem o regime de tributação do ISS, mas o tipo de serviço prestado. Incidência por alíquota proporcional em função do número de profissionais, e não do movimento econômico

Ives Gandra da Silva Martins	175
---	-----